



Ministério do Desenvolvimento Regional
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas
Coordenação-Geral de Gestão dos Recursos Hídricos
Conselho Nacional de Recursos Hídricos
Câmara Técnica Segurança de Barragens

Parecer nº 4/2022/CGRH/DRHB/SNSH-MDR

Referência: 59000.013847/2022-11

Interessado: Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Assunto: Proposta de Moção aos Comitês de Bacia

INTRODUÇÃO

1. Trata-se de proposta de moção, aprovada na 21ª Reunião da Câmara Técnica de Segurança de Barragens, em 09 de agosto de 2022, que apresenta recomendações aos Comitês de Bacia Hidrográfica para que realizem e apoiem capacitações e treinamentos sobre a Política Nacional de Segurança de Barragens – PNSB e a estruturação da defesa civil dos municípios da bacia, de forma a difundir a cultura de gestão de risco, e estimulem os municípios da bacia a destinar e aplicar recursos próprios e de compensações financeiras para viabilizar a operação, a manutenção, a recuperação de barragens sob sua responsabilidade, bem como a estruturação do seu órgão de proteção e defesa civil.

DA PROPOSTA

2. A proposta de moção aos Comitês de Bacia Hidrográfica entidades fiscalizadoras de segurança de barragens de acumulação da água para usos múltiplos, no que se refere a capacitações e treinamentos sobre a Política Nacional de Segurança de Barragens – PNSB e a estruturação da defesa civil dos municípios, teve origem no parecer elaborado sobre o Relatório de Segurança de Barragens - RSB 2018 e sua necessidade vem sendo reafirmada pelas análises realizadas sobre os RSBs dos anos subsequentes.

3. Conforme deliberação do Plenário do CNRH, a elaboração das moções propostas no Parecer sobre o RSB 2018 deveriam ser desenvolvidas pela Câmara Técnica de Segurança de Barragens - CTSB em processos específicos. A CTSB, então, constituiu grupo de trabalho que apresentou a proposta de moção anexa, que foi debatida e aprovada na 21ª Reunião da Câmara Técnica de Segurança de Barragens, em 09 de agosto de 2022.

SÍNTESE DAS DISCUSSÕES

4. Na 21ª Reunião da Câmara Técnica de Segurança de Barragens, em 09 de agosto de 2022, a proposta de moção aos Comitês de Bacia Hidrográfica foi

aprovada por todos os membros da CTSB presentes, com alteração do texto original elaborado pelo GT RSB 2021.

5. Informa-se que a alteração foi proposta no inciso V da referida moção, sendo aprovada a seguinte redação:

"promovam debates sobre segurança de barragens, respeitando a representatividade dos diferentes setores, visando a implementação das recomendações desta moção e, com efetividade, da Política Nacional de Segurança de Barragens em suas esferas de competência, incluindo a avaliação da necessidade da criação de grupo de trabalho específico;"

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, encaminha-se este Parecer à Secretaria Executiva do CNRH, recomendando que, previamente ao Plenário do CNRH, a matéria seja objeto de análise da CTAL/CNRH, para, conforme disposto no Decreto nº 10.000/19, "analisar e emitir parecer sobre os aspectos legais e constitucionais das matérias encaminhadas pelas demais Câmaras Técnicas".

ANEXO

MINUTA

MOÇÃO CNRH Nº XXX, DE XX DE XXX DE 2022 (Aos Comitês de Bacia Hidrográfica)

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, pela Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, e pelo Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019, especialmente a competência de zelar pela implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno e no Processo 59000.013847/2022-11, e;

Considerando que as barragens são ativos de infraestrutura de elevada importância às atividades humanas e que a sua integridade deve ser garantida tanto para a preservação dos usos a que se destinam quanto para a proteção da população, dos recursos hídricos, do meio ambiente e do patrimônio material, natural, histórico e cultural que seriam impactados em caso de acidente.

Considerando que a Política Nacional de Segurança de Barragens, instituída pela Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, possui foco em ações preventivas e de preparação para situações de possíveis desastres e que a sua integral implementação demanda integração com os agentes e os instrumentos da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, instituída pela Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012.

Considerando que os Comitês de Bacias Hidrográficas são entes do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos e deliberam a respeito da gestão dos recursos hídricos compartilhando responsabilidades com o poder público.

Considerando que é papel dos Comitês de Bacias Hidrográficas garantir a participação da sociedade civil e dos usuários, junto aos órgãos governamentais no processo decisório da gestão integrada e descentralizada dos

recursos hídricos.

Considerando que compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica promover o debate de questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação com as entidades interessadas, propor a elaboração e aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia, arbitrar em primeira instância sobre os conflitos relacionados aos recursos hídricos, e acompanhar a aplicação dos recursos advindos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

Considerando que a capilaridade dos Comitês de Bacia Hidrográfica tem grande importância e pode contribuir para a atuação de órgãos fiscalizadores de barragens na identificação e cadastramento de barragens existentes em suas áreas de abrangência, com destaque à identificação de barragens em cascata, tendo em vista os impactos decorrentes de possíveis acidentes.

RESOLVE :

Recomendar aos Comitês de Bacia Hidrográfica que:

- I - realizem e apoiem capacitações e treinamentos que fomentem a cultura de segurança de barragens e de gestão de riscos;
- II - estimulem e apoiem a estruturação dos órgãos de proteção e defesa civil dos municípios da bacia hidrográfica;
- III - estimulem os municípios da bacia hidrográfica a destinar e aplicar recursos próprios e de compensações financeiras para viabilizar a operação, a manutenção, a recuperação e a adequação à Lei nº 12.334, de 2010, de barragens sob sua responsabilidade, bem como a estruturação do seu órgão de proteção e defesa civil;
- IV - insiram a gestão de riscos, a prevenção e a segurança de barragens nos planos de recursos hídricos das bacias, avaliando as manchas de inundação, inclusive de barramentos dispostos em cascata, de forma a contribuir com orientações aos planos diretores de uso e ocupação do solo, contribuindo para evitar novas ocupações em áreas de risco; e
- V - promovam debates sobre segurança de barragens, respeitando a representatividade dos diferentes setores, visando a implementação das recomendações desta moção e, com efetividade, da Política Nacional de Segurança de Barragens em suas esferas de competência, incluindo a avaliação da necessidade da criação de grupo de trabalho específico.

Em data da assinatura de 2022

CRISTIANE BATTISTON
Coordenadora do GT-RSB2021

LICIANA ALICE PEIXOTO
Relatora do GT-RSB-2021

LUIZ GUSTAVO FORTES WESTIN
Coordenador da CTSB/CNRH

CRISTIANE FERNANDA DA SILVA

Relatora da CTSB/CNRH



Documento assinado eletronicamente por **LICIANA ALICE NASCIMENTO PEIXOTO, Usuário Externo**, em 24/08/2022, às 15:47, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Fernanda da Silva, Relator(a)**, em 24/08/2022, às 16:07, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gustavo Fortes Westin, Usuário Externo**, em 25/08/2022, às 18:59, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Collet Battiston, Coordenadora-Geral**, em 26/08/2022, às 17:26, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3887884** e o código CRC **76DBF394**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS – CTAL

17ª REUNIÃO CTAL (virtual)



Data: 04 de novembro (das 09 às 12h)

Link de acesso à reunião: [Clique para ingressar na reunião](#)

PAUTA

1. Abertura e informes gerais.
2. Aprovação da memória da 16ª Reunião da CTAL.
3. Análise da proposta de resolução que dispõe sobre os novos mecanismos e valores da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande. Encaminhada pela Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos. Processo SEI 59000.012647/2022-41
4. Análise de proposta de moção direcionada ao Congresso Nacional, no que se refere à estruturação dos órgãos de proteção e defesa civil municipais, estaduais, distrital e federal. Encaminhada pela Câmara Técnica de Segurança de Barragens. Processo Sei 59000.013846/2022-76.
5. Análise de proposta de moção direcionada aos fiscalizadores de segurança de barragens de acumulação de água, exceto para fins de aproveitamento hidrelétrico. Encaminhada pela Câmara Técnica de Segurança de Barragens. Processo Sei 59000.013824/2022-14.
6. Análise de proposta de moção direcionada aos Comitês de Bacias Hidrográficas. Encaminhada pela Câmara Técnica de Segurança de Barragens. Processo Sei 59000.013847/2022-11.
7. Análise de proposta de moção direcionada aos Governos Federal, Estaduais e Distrital Encaminhada pela Câmara Técnica de Segurança de Barragens. Processo Sei 59000.013848/2022-65.
8. Encaminhamentos e Assuntos Gerais.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas
Coordenação-Geral de Gestão dos Recursos Hídricos
Conselho Nacional de Recursos Hídricos
Câmara Técnica de Assuntos Legais

Parecer nº 9/2022/CTAL/CNRH/CNRH/CGRH/DRHB/SNSH

Referência: 59000.013847/2022-11

Interessado: Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

INTRODUÇÃO

1. Trata-se de proposta de moção a ser submetida ao Plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), que recomenda aos **Comitês de Bacias Hidrográficas** (CBH) que apoiem capacitações e treinamentos que fomentem a cultura de segurança de barragens e de gestão de riscos; estimulem e apoiem a estruturação dos órgãos de proteção e defesa civil dos municípios da bacia hidrográfica; estimulem os municípios da bacia hidrográfica a destinar e aplicar recursos próprios e de compensações financeiras para viabilizar a operação, a manutenção, a recuperação e a adequação à Lei nº 12.334, de 2010, de barragens sob sua responsabilidade, bem como a estruturação do seu órgão de proteção e defesa civil; promovam debates sobre segurança de barragens, respeitando a representatividade dos diferentes setores, visando a implementação das recomendações desta moção e, com efetividade, da Política Nacional de Segurança de Barragens em suas esferas de competência, incluindo a avaliação da necessidade da criação de grupo de trabalho específico.

2. A matéria é originária da Câmara Técnica de Segurança de Barragens – CTSB, que na 21ª reunião, em 09 de agosto de 2022, discutiu o mérito e aprovou a proposta de moção, conforme Parecer nº 4/2022/CGRH/DRHB/SNSH-MDR. O processo foi então submetido a Câmara Técnica de Assuntos Legais – CTAL, que na 17ª reunião, realizada no dia 04 de novembro de 2022, avaliou os aspectos legais e de forma, havendo um debate acerca da legalidade ou não do inciso IV, da referida moção.

3. Assim, segue as considerações, bem como o texto expresso da moção para apreciação do plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).

SÍNTESE DAS DISCUSSÕES E APRECIÇÃO LEGAL

4. Considerando as competências dadas pelo [Decreto n. 10.000, de 3 de setembro de 2019](#), para “analisar e emitir parecer sobre os aspectos legais e constitucionais das matérias encaminhadas pelas demais Câmaras Técnicas”, a Câmara Técnica de Assuntos Legais – CTAL, na sua 17ª reunião, realizada por meio virtual, em 04 de novembro de 2022, avaliou a proposta de moção

encaminhada pela Câmara Técnica de Segurança de Barragens – CTSB, que busca recomendar aos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH) que apoiem capacitações e treinamentos que fomentem a cultura de segurança de barragens e de gestão de riscos; estimulem e apoiem a estruturação dos órgãos de proteção e defesa civil dos municípios da bacia hidrográfica; estimulem os municípios da bacia hidrográfica a destinar e aplicar recursos próprios e de compensações financeiras para viabilizar a operação, a manutenção, a recuperação e a adequação à Lei nº 12.334, de 2010, de barragens sob sua responsabilidade, bem como a estruturação do seu órgão de proteção e defesa civil; promovam debates sobre segurança de barragens, respeitando a representatividade dos diferentes setores, visando a implementação das recomendações desta moção e, com efetividade, da Política Nacional de Segurança de Barragens em suas esferas de competência, incluindo a avaliação da necessidade da criação de grupo de trabalho específico.

5. Ainda, imperioso ressaltar que, no mesmo documento, fora proposto a seguinte recomendação: “Insiram a gestão de riscos, à prevenção e à segurança de barragens nos planos de recursos hídricos das bacias, avaliando as manchas de inundação, inclusive de barramentos dispostos em cascata, de forma a contribuir com orientações aos planos diretores de uso e ocupação do solo, contribuindo para evitar novas ocupações em áreas de risco”, localizado no inciso IV da proposta da CTSB.

6. Nesta ocasião, a coordenadora da CTSB, Cristiane Battiston, relatou as motivações que levaram à proposição em tela, bem como esclareceu que a proposta do inciso em testilha está bem fundamentada e que não haveria, em tese, óbice técnico jurídico para sua aprovação.

7. Contudo, após intenso debate na própria câmara técnica, chegou-se à conclusão, dentre os presentes, de que o inciso IV, da referida moção, não encontrava respaldo legal para seu subsídio, sob o argumento de que não cabe à Câmara Técnica de Assuntos Legais (CTAL) avalizar a recomendação que visa inserir, modificar ou suprimir competências dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH), pois a lei, lato sensu, assim não atribuiu.

8. Ainda, nesse sentido, foi lembrado que a Resolução CNRH nº 145, de 12 de dezembro de 2012, que estabelece as diretrizes para a elaboração de Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas e dá outras providências, está em processo de revisão, razão pela qual poderá influenciar diretamente acerca da referida recomendação, via moção.

9. A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), a seu turno, se manifestou no sentido de que, a priori, é mais “adequado endereçar a necessidade de estudos de avaliação do rompimento de barragens em cascata para as exigências da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) junto aos empreendedores, quando necessário, e a ser avaliado em cada caso”, de acordo com o exposto na NOTA TÉCNICA CONJUNTA Nº 4/2021/SPR/SAS/SRE/SIP, que trouxe Contribuições da ANA para o trabalho do Grupo de Trabalho para a revisão da Resolução CNRH 145/2012.

(...)

Com respeito à recomendação 14 do Parecer nº 2/2020 da Câmara Técnica de Segurança de Barragens, de que na revisão da Resolução CNRH 145/2012 se considerasse a inclusão de gestão de riscos, prevenção e segurança de barragens como conteúdo de planos de recursos hídricos, entendemos ser mais adequado endereçar a necessidade de estudos de avaliação do rompimento de barragens em cascata para as exigências da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) junto aos empreendedores, quando necessário, e a ser avaliado em cada caso. Além disso, considerando que a classificação de risco é dinâmica, por envolver o estado de conservação da barragem e o atendimento

ao Plano de Segurança de Barragens, não caberia tratá-la como conteúdo de Plano de Bacia, cujas atualizações não se dão com a frequência necessária. No entanto, informamos que foram sugeridas adequações no inciso II do artigo 11, no sentido de incluir no diagnóstico dos planos informações afetas à PNSB acerca da infraestrutura hídrica, como características técnicas dos barramentos e dos reservatórios de acumulação.

10. O representante da ANA sugeriu a modificação do texto do referido inciso (IV), com a seguinte alteração: (...) **avaliem a possibilidade de inserção quanto** à gestão de riscos, à prevenção e à segurança de barragens nos planos de recursos hídricos das bacias, avaliando as manchas de inundação, inclusive de barramentos dispostos em cascata, de forma a contribuir com orientações aos planos diretores de uso e ocupação do solo, contribuindo para evitar novas ocupações em áreas de risco.

11. O representante dos Comitês também manifestou sobre o inciso IV, afirmando traz para os comitês uma competência que não lhe é devida, sugerindo que o texto fosse incluído na forma de considerando. Argumentou que a questão de barragens está prevista no art. 8º da Resolução CNRH 145/2013, que contempla: Os Planos de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas devem considerar os demais planos, programas, projetos e estudos existentes relacionados à gestão ambiental, aos setores usuários, ao desenvolvimento regional, ao uso do solo, à gestão dos sistemas estuarinos e zonas costeiras, incidentes na área de abrangência das respectivas bacias hidrográficas.

12. O mesmo entendimento foi seguido pelas representantes das Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica, que além da questão legal, apontaram os custos para a elaboração destes estudos nos planos de bacia.

13. Cumpre destacar a pertinência e notoriedade do tema, pois, se encontra balizada, inclusive, na Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), engendrada na lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010. Neste sentido a proposta de moção cumpre este papel.

14. No entanto, considerando o debate realizado em que não houve consenso sobre a manutenção ou não do inciso IV, foi realizada votação em que se obteve dois votos favoráveis e sete contrários a permanência do dispositivo. Sendo aprovado, portanto, a exclusão do referido inciso da proposta de moção.

15. Por solicitação do representante do segmento da Pesca, Lazer e Turismo, que defendeu a manutenção do inciso IV, destaca-se o texto que foi excluído para avaliação final do Plenário do CNRH.

RESOLVE :

Recomendar aos Comitês de Bacia Hidrográfica que:

I - apoiem capacitações e treinamentos que fomentem a cultura de segurança de barragens e de gestão de riscos;

II - estimulem e apoiem a estruturação dos órgãos de proteção e defesa civil dos municípios da bacia hidrográfica;

III - estimulem os municípios da bacia hidrográfica a destinar e aplicar recursos próprios e de compensações financeiras para viabilizar a operação, a manutenção, a recuperação e a adequação à Lei nº

12.334, de 2010, de barragens sob sua responsabilidade, bem como a estruturação do seu órgão de proteção e defesa civil; e

~~IV - avaliem a possibilidade de inserção quanto à gestão de riscos, à prevenção e à segurança de barragens nos planos de recursos hídricos das bacias, avaliando as manchas de inundação, inclusive de barramentos dispostos em cascata, de forma a contribuir com orientações aos planos diretores de uso e ocupação do solo, contribuindo para evitar novas ocupações em áreas de risco; e~~

IV - promovam debates sobre segurança de barragens, respeitando a representatividade dos diferentes setores, visando a implementação das recomendações desta moção e, com efetividade, da Política Nacional de Segurança de Barragens em suas esferas de competência, incluindo a avaliação da necessidade da criação de grupo de trabalho específico.

16. Registra-se que no processo de análise, os representantes do segmento da Indústria (CNI) e do Conselho Distrital de Recursos Hídricos manifestaram-se contrários a proposta de moção.

17. Passando ao aspecto legal, a matéria se insere na competência do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, pois está disposto na [Lei n.º 9.433, de 8 de janeiro de 1997](#), e no Decreto nº 10.000/2019 o direito/dever de se estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, bem como de zelar pela implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens [\(Incluído pela Lei nº 12.334, de 2010\)](#).

18. A forma jurídica adotada está adequada, sendo regimental o uso da moção quando se tratar de manifestação dirigida a quaisquer órgãos e entidades, públicos ou privados, em caráter de alerta, recomendação ou solicitação de interesse da Política Nacional de Recursos Hídricos e a do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), conforme o art. 8º, inciso II, da [Resolução CNRH nº 215, de 30 de junho de 2020](#).

19. Diante do exposto, considerando o atendimento ao aspecto legal e após ajustes de forma, a CTAL/CNRH aprovou a proposta de moção direcionada aos comitês de bacias hidrográficas, nos termos constantes da minuta anexa.

20. Por fim, a CTAL **recomendou informar** à Câmara Técnica de Planejamento e Articulação – **CTPA** sobre os debates ocorridos sobre o tema, para que considere no processo de revisão da Resolução CNRH nº 145/2012, em andamento.

21. Diante do exposto, estando presentes a motivação, forma, finalidade, objeto e competência do ato, opina-se pela submissão da matéria ao Plenário do CNRH.

CONCLUSÃO

22. Realizada a análise legal, com fundamento no Decreto 10.000/2019, a CTAL recomenda que a matéria seja incluída na pauta da próxima reunião plenária do CNRH para deliberação, conforme MINUTA apresentado na sequência deste

parecer.

WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR
Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais
CTAL/CNRH

ANEXO

PROPOSTA DE MOÇÃO Nº __, DE __ DE __ DE 2022.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas no uso das competências que lhe são conferidas pela [Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997](#), pela [Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000](#), pela [Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010](#), e pelo [Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019](#), especialmente a competência de zelar pela implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno e no Processo 59000.013847/2022-11, e;

Considerando que as barragens são ativos de infraestrutura de elevada importância às atividades humanas e que a sua integridade deve ser garantida tanto para a preservação dos usos a que se destinam quanto para a proteção da população, dos recursos hídricos, do meio ambiente e do patrimônio material, natural, histórico e cultural que seriam impactados em caso de acidente.

Considerando que a Política Nacional de Segurança de Barragens, instituída pela Lei nº 12.334, de 2010, possui foco em ações preventivas e de preparação para situações de possíveis desastres e que a sua integral implementação demanda integração com os agentes e os instrumentos da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, instituída pela Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012.

Considerando que os Comitês de Bacias Hidrográficas são entes do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos e deliberam a respeito da gestão dos recursos hídricos compartilhando responsabilidades com o poder público.

Considerando que é papel dos Comitês de Bacias Hidrográficas garantir a participação da sociedade civil e dos usuários, junto aos órgãos governamentais no processo decisório da gestão integrada e descentralizada dos recursos hídricos.

Considerando que compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica promover o debate de questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação com as entidades interessadas, propor a elaboração e aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia, arbitrar em primeira instância sobre os conflitos relacionados aos recursos hídricos, e acompanhar a aplicação dos recursos advindos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

Considerando que a capilaridade dos Comitês de Bacia Hidrográfica tem grande importância e pode contribuir para a atuação de órgãos fiscalizadores de barragens na identificação e cadastramento de barragens existentes em suas áreas de abrangência, com destaque à identificação de barragens em cascata, tendo em vista os impactos decorrentes de possíveis acidentes.

RESOLVE :

Recomendar aos Comitês de Bacia Hidrográfica que:

I - apoiem capacitações e treinamentos que fomentem a cultura de segurança de barragens e de gestão de riscos;

II - estimulem e apoiem a estruturação dos órgãos de proteção e defesa civil dos municípios da bacia hidrográfica;

III - estimulem os municípios da bacia hidrográfica a destinar e aplicar recursos próprios e de compensações financeiras para viabilizar a operação, a manutenção, a recuperação e a adequação à Lei nº 12.334, de 2010, de barragens sob sua responsabilidade, bem como a estruturação do seu órgão de proteção e defesa civil; e

IV - promovam debates sobre segurança de barragens, respeitando a representatividade dos diferentes setores, visando a implementação das recomendações desta moção e, com efetividade, da Política Nacional de Segurança de Barragens em suas esferas de competência, incluindo a avaliação da necessidade da criação de grupo de trabalho específico.



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Rodrigues de Melo Junior**,
Coordenador(a) da Câmara Técnica, em 14/11/2022, às 15:23, com fundamento no art. 4º,
§ 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador
4012626 e o código CRC **78AB3F5B**.